



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
SERVIÇO SOCIAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE FOZ DE IGUAÇU-PR:
CENTRO DA JUVENTUDE JARDIM NAUPI E SEU IMPACTO COMO ESPAÇO
SOCIOCULTURAL NA VIDA DA JUVENTUDE**

SABRINA RAMIREZ DA SILVA

Foz do Iguaçu
2025

**POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE FOZ DE IGUAÇU-PR:
CENTRO DA JUVENTUDE JARDIM NAIPI E SEU IMPACTO COMO ESPAÇO
SOCIOCULTURAL NA VIDA DA JUVENTUDE**

SABRINA RAMIREZ DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dr^a. Cristiane Sander

Foz do Iguaçu

2025

SABRINA RAMIREZ DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE FOZ DE IGUAÇU-PR:
CENTRO DA JUVENTUDE JARDIM NAIPI E SEU IMPACTO COMO ESPAÇO
SOCIOCULTURAL NA VIDA DA JUVENTUDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Cristiane Sander
UNILA

Prof.^a. Dr.^a. Elmides Maria Araldi - UNILA

Prof.^a. Dr.^a. Edina Vergara - UNILA

Foz do Iguaçu – PR

2025

Dedico este trabalho aos jovens do Centro da Juventude Jardim Naipi que participaram dessa história.

AGRADECIMENTOS

Por entender que tem grande responsabilidade aquele que cede o espaço, quero começar agradecendo a Rosângela Rocha, por acreditar que eu era capaz. A Sen Hwa Lim, por me permitir crescer e aprender, e por me ensinar a observar. Deborah Campos e Renan Kronitski por me ensinarem o que é companheirismo, assim como a todos os jovens e adolescentes que acompanhei nessa jornada no Centro da Juventude.

Agradeço a querida Profa. Cristiane Sander por todo apoio e por não desistir de mim nesta pesquisa quando nem eu mesma achava possível continuar.

Agradeço a minha avó Auria Troche de Ramirez, a senhora que me ensinou a ler, que me ensinou a ser brava perante a vida no sentido de enfrentar e seguir em frente e que principalmente acreditou que eu seria capaz de tudo e todas as coisas boas. Gracias abuela, por quererme tanto. Te amo infinito.

Agradeço ao Nestor, meu companheiro, por todo o amor e paciência, que assim como a minha avó fez, sempre me lembrou o quanto é importante persistir.

Agradeço as minhas irmãs Bianca Gabrieli, Heloísa Vitória, Helena e ao meu irmão Vinícius por formarem esse elo de amor e me fazerem acreditar que viver seria sempre a melhor escolha.

Agradeço imensamente a minha querida e fiel amiga Elizabete Machado Ramirez por se fazer presente ao meu lado sempre e por me ensinar que família a gente também escolhe.

Agradeço aos meus pais: Vanderlei, Patrícia e Mari, porque algo que aprendi durante a vida acadêmica é que se dedicar aos estudos sendo da classe trabalhadora, é - infelizmente - incomum e muito difícil.

Em resumo, eu agradeço a toda vida até aqui, porque eu sou o resultado de diversas pessoas e situações.

Que este seja apenas o começo de uma jornada.

Ubuntu. Eu sou porque nós somos.

Ubuntu. Eu sou porque nós somos.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa a atuação do Centro da Juventude Jardim Naipi, localizado em Foz do Iguaçu (PR), enquanto espaço sociocultural de promoção de direitos, formação cidadã e fortalecimento do protagonismo juvenil. A pesquisa parte da seguinte problemática: de que forma o CEJU impacta a vida de adolescentes e jovens como território de convivência, escuta e resistência? O objetivo geral consiste em compreender como esse equipamento público contribui para a construção de vínculos sociais, o reconhecimento das juventudes e a superação de estigmas. Os objetivos específicos incluem: discutir a juventude como categoria social plural e historicamente construída; analisar os Centros da Juventude como política pública voltada à formação cidadã; e examinar práticas emancipatórias desenvolvidas no CEJU, com ênfase em gênero, identidade e participação política. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, fundamentada na observação participante, análise documental e na experiência da autora enquanto estagiária (2018–2021) eicineira (2021 - 2023), com atuação em oficinas e projetos como “Meninas na Política” e “Papo de Homem”. Os resultados evidenciam que o CEJU Jardim Naipi funciona como espaço estratégico de escuta, acolhimento e mobilização social, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a formação crítica da juventude. O estudo reafirma a importância de políticas públicas que reconheçam a diversidade das juventudes e consolidem espaços de pertencimento e transformação social.

Palavras-chave: Juventude; Políticas públicas; Centro da Juventude; Espaços socioculturais; Serviço Social.

RESUMEN

Este Trabajo de Fin de Grado analiza la actuación del Centro de Juventud Jardim Naipi, ubicado en Foz do Iguaçu (PR, Brasil), como espacio sociocultural de promoción de derechos, formación ciudadana y fortalecimiento del protagonismo juvenil. La investigación parte del siguiente problema: ¿de qué manera el CEJU impacta la vida de adolescentes y jóvenes como territorio de convivencia, escucha y resistencia? El objetivo general es comprender cómo este equipamiento público contribuye a la construcción de vínculos sociales, al reconocimiento de las juventudes y a la superación de estigmas. Los objetivos específicos incluyen: discutir la juventud como categoría social plural e históricamente construida; analizar los Centros de Juventud como política pública orientada a la formación ciudadana; y examinar prácticas emancipadoras desarrolladas en el CEJU, con énfasis en género, identidad y participación política. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter exploratorio, basada en la observación participante, el análisis documental y la trayectoria de la autora como pasante (2018–2021) y tallerista (2021 - 2023), con actuación en proyectos como “Chicas en la Política” y “Charla de Hombres”. Los resultados evidencian que el CEJU Jardim Naipi funciona como un espacio estratégico de escucha, acogida y movilización social, contribuyendo al fortalecimiento de la ciudadanía y a la formación crítica de la juventud. El estudio reafirma la importancia de políticas públicas que reconozcan la diversidad juvenil y consoliden espacios de pertenencia y transformación social.

Palabras clave: Juventud; Políticas públicas; Centro de Juventud; Espacios socioculturales; Trabajo Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDCA-PR	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEJU	Centro da Juventude
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CNDCA	Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUVE	Estatuto da Juventude
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPC	Modo de Produção Capitalista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PJ	Pastoral da Juventude
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Sumário

1. Erro! Indicador não definido.1	
2. JUVENTUDE, DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDEErro! Indicador não definido.4	
2.1 A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE AO LONGO DA HISTÓRIA	15
2.2 A CONSTRUÇÃO E A BUSCA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE	21
2.3 GARANTIA E ACESSO DE DIREITOS DA JUVENTUDE	26
3. CENTRO DA JUVENTUDE COMO UM ESPAÇO SÓCIO CULTURAL	30
3.1 O CENTRO DA JUVENTUDE JARDIM NAUPI	31
3.2 O CENTRO DA JUVENTUDE COMO ESPAÇO SOCIOCULTURAL	33
3.3 A INFLUÊNCIA DO CENTRO DA JUVENTUDE NO DESENVOLVIMENTO CRÍTICO POLÍTICO DA JUVENTUDE	35
3.4 A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO CRÍTICA NO CENTRO DA JUVENTUDE	38
3.5 DESAFIOS E POTÊNCIAS NOS IMAGINÁRIOS JUVENIS	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERENCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre juventude e políticas públicas constitui uma dimensão central para o Serviço Social, especialmente no que se refere à construção de estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais, de ampliação da cidadania e de promoção de direitos. A juventude, entendida como uma categoria social plural, historicamente construída e atravessada por marcadores como classe, raça, gênero, território e acesso desigual a políticas públicas, exige abordagens que reconheçam sua diversidade e complexidade. Nesse contexto, os Centros da Juventude despontam como espaços de convivência, escuta, formação cidadã e fortalecimento de vínculos sociais, exercendo papel significativo na vida de jovens em situação de vulnerabilidade social.

A aproximação da autora com o tema ocorreu a partir de sua vivência prática no Centro da Juventude Jardim Naipi, em Foz do Iguaçu (PR), iniciada em 2018 durante o Estágio Não Obrigatório em Serviço Social. Essa experiência foi ampliada no Estágio Curricular Obrigatório, em 2021, e posteriormente consolidada com a atuação como oficinaira (2021 a 2023). Ao longo desse percurso, foram realizadas ações construídas com e para a juventude, como a roda de conversa “Meninas na Política” iniciativa que promoveu debates sobre direitos, gênero, cidadania e atualidades e oficinas de maquiagem com abordagem pedagógica e política, voltadas ao fortalecimento da autoestima, da identidade e da expressão. Essas experiências práticas não apenas orientaram a escolha do objeto de estudo, mas também possibilitaram compreender, de forma concreta, a relevância do CEJU como espaço sociocultural e formativo, em consonância com a perspectiva de que a prática profissional é indissociável da reflexão crítica (CFESS, 2010; Iamamoto, 2009).

Essas vivências não apenas enriqueceram o percurso formativo da autora, mas também proporcionaram a compreensão do Centro da Juventude como um espaço sociocultural de resistência, acolhimento e transformação. Ao longo dos anos de estágio curricular e atuação, foi possível observar como o CEJU constituiu-se como território de escuta qualificada, fortalecimento de vínculos afetivos e sociais, e espaço de articulação de práticas emancipatórias voltadas ao protagonismo juvenil.

A escolha pelo tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pelo Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), fundamenta-se, portanto, da prática na formação profissional e na reflexão crítica sobre a importância dos Centros da Juventude como política pública de fortalecimento da cidadania e dos direitos sociais. Em meio às limitações orçamentárias, mudanças na gestão pública e às desigualdades históricas enfrentadas pela juventude, o Centro da Juventude Jardim Naipi manteve-se como referência para adolescentes e jovens em busca de pertencimento, reconhecimento e acesso a direitos básicos, culturais e políticos.

A partir dessas reflexões, a presente pesquisa se orienta pela seguinte problemática: de que forma o Centro da Juventude Jardim Naipi impacta a vida de jovens e adolescentes enquanto espaço sociocultural de formação cidadã e fortalecimento do protagonismo juvenil?

Como objetivo geral, busca-se analisar como o Centro da Juventude Jardim Naipi, em Foz do Iguaçu, atua como espaço sociocultural de promoção de direitos e fortalecimento do protagonismo juvenil. Já os objetivos específicos envolvem: compreender a juventude como categoria social plural e historicamente construída; discutir o papel dos Centros da Juventude como política pública voltada à formação cidadã; e analisar as práticas emancipatórias desenvolvidas no CEJU, com ênfase no protagonismo juvenil, na transversalidade de gênero e na superação de estigmas sociais.

Esta é uma pesquisa exploratória, que tem como principal objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com intenção de torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (Gil, 2014), ou seja, estabelecer maior familiaridade com o problema. Na qual nos utilizamos da observação participante através da própria trajetória de atuação da pesquisadora, enquanto estagiária e oficinaira no campo empírico, com registros em Diário de Campo. Segundo Gil (2014, p. 103, a observação participante “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma determinada situação. [...] o observador, assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo”. Na pesquisa documental, que “são obtidos de maneira indireta, que tomam forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, filmes e vídeos, que são obtidos de maneira indireta”. (Gil, 2014, p. 145).

Fontes do trabalho baseiam-se nas experiências desenvolvidas entre 2018 e 2023 no Centro da Juventude Jardim Naipi, incluindo oficinas, rodas de conversa, projetos temáticos e eventos voltados à mobilização juvenil.

O presente trabalho está organizado em três capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo corresponde à introdução, na qual são apresentados o tema, a problemática, os objetivos, a justificativa e a metodologia da pesquisa. O segundo capítulo desenvolve uma discussão conceitual e histórica sobre a juventude, destacando suas transformações ao longo do tempo e as implicações sociais dessa construção, bem como o percurso das políticas públicas de juventude no Brasil, com ênfase no Estatuto da Juventude, na participação popular e nas experiências locais. Já o terceiro capítulo analisa a atuação do Centro da Juventude Jardim Naipi como espaço sociocultural e formativo, investigando práticas emancipatórias e o impacto dessas ações no fortalecimento do protagonismo juvenil, com foco em gênero, estigma e formação crítica. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa, refletindo sobre os desafios e as potencialidades da atuação do Serviço Social junto às juventudes.

2. JUVENTUDE, DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

A compreensão da juventude como uma categoria social tem se transformado ao longo do tempo, refletindo mudanças históricas, culturais e econômicas que influenciam as experiências e os direitos dessa população. Trata-se, entretanto, de uma categoria em disputa, especialmente no contexto do capitalismo contemporâneo, que promove e mercantiliza a ideia de “ser eternamente jovem”, associando-a ao consumo, à estética e à produtividade. A juventude, muitas vezes definida a partir de um recorte etário, vai além dessa delimitação numérica, sendo um período marcado por transições, descobertas e desafios. No entanto, essa fase da vida também está atravessada por fatores como classe social, cor, gênero e acesso a direitos fundamentais, o que leva à necessidade de se falar em “juventudes” no plural, reconhecendo sua diversidade.

Historicamente, a juventude foi alvo de diferentes percepções sociais, ora vista como um período de rebeldia e transgressão, ora como uma fase de preparação para a vida adulta e para o mercado de trabalho. No século XIX, por exemplo, os jovens das classes populares eram frequentemente associados à delinquência e vistos como ameaça à ordem social, enquanto a juventude burguesa dispunha de um espaço privilegiado para educação e desenvolvimento. Surge, então, a questão: quem detinha o poder de definir quem era ou o que significava “ser jovem” nesse contexto? Essa contradição marcada por assimetrias de classe, raça e gênero reflete uma realidade persistente, em que a desigualdade social determina as oportunidades e vivências juvenis.

Nos dias atuais, o conceito de juventude é constantemente ressignificado, resultado de disputas políticas, sociais e culturais que envolvem diferentes interesses e perspectivas. Essas disputas atravessam temas como a redução da idade penal, a autonomia financeira, civil e cultural dos jovens e até mesmo a apropriação do imaginário da “jovialidade” por pessoas com 60 anos ou mais, como estratégia mercadológica e simbólica. No Brasil, instrumentos como o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013) e a Emenda Constitucional nº 65/2010 representam marcos importantes no reconhecimento dos direitos específicos da população jovem. Embora existam esforços para consolidar uma Política Nacional de Juventude, como prevê o Projeto de Lei nº 4.530/2004,

que propõe a criação do Plano Nacional da Juventude, tal política ainda não foi efetivamente implementada como política de Estado. O plano vem sendo debatido há anos, inclusive nas Conferências Nacionais de Juventude (2008, 2011 e 2015), que apresentaram diretrizes e demandas da juventude brasileira. Contudo, sua regulamentação e execução permanecem em construção, revelando a fragilidade institucional que ainda marca as políticas públicas voltadas à juventude.

Entretanto, desafios persistem, especialmente no que diz respeito à desigualdade de acesso a recursos, oportunidades e espaços de participação social e política. Dessa forma, este capítulo busca analisar a construção histórica e social da juventude, destacando suas transformações ao longo do tempo e as implicações dessa construção na formulação de políticas e na vivência dos jovens. Além disso, será explorado como as percepções sobre juventude continuam evoluindo, considerando o impacto das novas tecnologias, das transformações econômicas e das lutas sociais travadas pela população jovem em diferentes contextos.

2.1 A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE AO LONGO DA HISTÓRIA

Ao longo da história, a definição de juventude tem variado de acordo com fatores sociais, culturais e institucionais, refletindo mudanças nas concepções sobre o desenvolvimento humano e os papéis atribuídos a essa fase da vida. Diferentes sociedades estabelecem critérios distintos para delimitar o início e o fim da juventude, levando em conta aspectos biológicos, psicológicos, econômicos e jurídicos. No Brasil, essa questão se torna ainda mais complexa devido à coexistência de diferentes parâmetros legais e normativos, o que alimenta debates sobre os marcos etários que caracterizam essa etapa. Nesse sentido, a definição da juventude e suas implicações continuam sendo objeto de discussão, como apontam Pereira e Lopes (2016):

Uma das discussões acerca da “juventude” recai sobre sua faixa etária, questionando-se os marcos delimitadores inicial e final dessa fase, os ritos de passagem da infância para a adolescência e juventude e, posteriormente, o demarcador de entrada na vida adulta. A Organização Mundial de Saúde

(OMS) classifica como jovens aqueles com idade entre 15 e 24 anos. No Brasil, apesar do Estatuto da Juventude aprovado em 2013, permanece o debate em torno dos limites entre 15 e 29 anos, faixa que compreende parte do que hoje, ainda, se denomina adolescência, a qual, por outro lado, tem uma definição legal que vai dos 12 anos completos aos 18 anos incompletos. A discussão de sua delimitação superior, nos termos do que se demarca como maioria penal, é uma questão que se reacendeu entre nós na atual legislatura (Pereira; Lopes, 2016, p. 213).

A juventude, geralmente, é compreendida pela sociedade de forma geral, como um recorte que abrange parte da adolescência e o início da vida adulta, permeando fases de descobertas, transformações e desenvolvimento pessoal. Também é definida por muitos como um período de rebeldia e questionamentos, que se estende até o surgimento de responsabilidades associadas ao mundo adulto, como trabalho, constituição de família e autonomia econômica (Abramo, 1997; Groppo, 2004).

No entanto, esta fase começa a consolidar-se como uma construção social a partir da cultura na qual está inserida. O conceito de juventude então deve ser entendido como uma construção dinâmica e plural, que vai além da simples delimitação etária. Ele abrange as influências culturais, sociais e econômicas que moldam a experiência dos jovens reconhecendo que a faixa etária, por si só, não é suficiente para explicar a complexidade das vivências juvenis. Nesse sentido, é importante considerar que cada jovem carrega consigo subjetividades e experiências revelando a diversidade presente no que se chama de "juventudes". Essa visão plural desafia a concepção tradicional e reducionista do jovem como um sujeito homogêneo, muitas vezes associado a conflitos e comportamentos desviantes daquilo que se projeta para o mundo, e aponta para a necessidade de um olhar mais amplo, que compreenda a interação entre diferentes contextos culturais, sociais e históricos (Castro Júnior et al., 2024).

A definição de uma faixa etária, é importante, para que se possa propor políticas públicas de forma mais acertada, no entanto, ela é apenas um dos elementos que compõem a juventude. Conforme previsto no Estatuto da Juventude (Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013) e segundo a Política Nacional de Juventude (PNJ) de 2006, são jovens aquelas pessoas que tendem 15 a 29 anos. No entanto, não podemos entender a juventude apenas a partir da idade, pois como mencionado, por ser uma construção social, se difere a partir do meio de vivência do indivíduo, classe social, cor, raça, escolaridade, entre outros. Tanto, que o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) estabelece a seguinte subdivisão etária: jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; jovem-jovem, entre 18 e 24 anos; e jovem-adulto,

entre 24 e 29 anos, reconhecendo assim a pluralidade e diversidade da juventude (BRASIL, 2006, p. 10). Afinal um jovem-adolescente vive e necessita de políticas diferenciadas de um jovem-adulto. Esta heterogeneidade dentro das vivências, condições e realidades juvenis torna necessária o uso do termo "juventudes", demonstrando a pluralidade desta categoria, as vivências e o meio no qual está inserida, diferenciam o modo de vida de cada um/a, apresentando situações cotidianas, sendo elas mais comuns a uns do que outros, construindo assim diferenças entre o que seria comum na vida de cada um:

Por meio da diferenciação, os sujeitos definem quem é o "outro", tornando-o identificável e (in)visível, hierarquizando e distinguindo-se daqueles que consideram desiguais ou inadequados. A hierarquização transforma a diferença em desigualdade que, sendo definida a partir de um parâmetro comum e classificatório, vislumbra a possibilidade da hierarquização no campo das disparidades socioeconômicas e das condições de acesso a recursos materiais e simbólicos (Cassab, 2018. p. 28).

A juventude trabalhadora encontra-se inserida num cenário de reprodução das desigualdades estruturais próprias do capitalismo. Marx e Engels (1998) argumentam que a luta de classes é motor da história, na medida em que o capital, ao concentrar riqueza, produz também formas específicas de exploração que se expressam na desigual distribuição dos frutos do trabalho. Na juventude, isso se traduz em inserção precoce no mercado de trabalho, informalidade e restrição de acesso à educação, reforçando a apropriação desigual da riqueza social.

Além disso, conforme apontado pela UNESCO (2004), o período da juventude é marcado por intensas transformações biológicas, psicológicas e sociais e o acesso a atividades culturais e de lazer possibilita que os jovens expressem suas identidades, desenvolvam senso crítico e fortaleçam vínculos comunitários. No entanto, Souza (2005) alerta que, na sociedade de consumo, muitas dessas experiências são limitadas por questões econômicas e pela imposição de padrões hegemônicos de juventude, o que restringe a diversidade de vivências e estilos de vida. Neste caso, quando se reconhece a pluralidade de uma categoria e as diferentes situações e a cultura que permeia o cotidiano de cada um, faz-se possível entender a necessidade de discutir a categoria considerando as disparidades entre a população jovem, tornando necessária também a discussão do percurso do que se entende por juventude. Trazendo, por exemplo, a condição da juventude desde o

século XIX e remontando a trajetória do reconhecimento desta fase e no que se diz em relação a existência social desta categoria. A juventude foi, inicialmente, reconhecida como uma fase de perigo na vida do indivíduo, na medida em que a sociedade enxergava os jovens como uma ameaça à ordem social, devido a seus comportamentos frequentemente rebeldes e questionadores dos valores, modelos e hierarquias estabelecidos. Além disso, a curiosidade e a ânsia por experimentar novas experiências reforçavam essa percepção.

Esse entendimento da juventude como um período de risco também era agravado pela falta de diálogo dentro das famílias e pela ausência de políticas públicas voltadas para orientação e assistência aos jovens, especialmente na área da saúde. Nesse sentido, Groppo (2004) discute as diferentes fases de reconhecimento da juventude, destacando como essa visão foi se transformando ao longo do tempo.

Na verdade, existem ciclos, fases em que a preocupação com a juventude é enfatizada. Por exemplo, a partir do final do século XVIII e em todo o século XIX, diversos ciclos de preocupação com a “delinqüência” e/ou promiscuidade juvenil das classes trabalhadoras se deram, conforme a industrialização e a urbanização iam se aprofundando e se estendendo pelos países da Europa e, logo, para todo o mundo (Groppo, 2004, p. 10).

Portanto, o autor enfatiza a preocupação com a população jovem, que era vista tanto como uma ameaça potencial à ordem social quanto como uma força de trabalho em formação, especialmente entre as famílias mais pobres.

No Brasil do século XIX, os jovens da classe trabalhadora, em sua maioria, não tinham acesso à educação formal; sua formação ocorria predominantemente no ambiente doméstico, por meio da convivência com familiares e da transmissão de costumes e valores morais. Essa realidade estava especialmente presente nos centros urbanos em processo de industrialização e nas áreas rurais, onde a escolarização era restrita e voltada prioritariamente às elites. Conforme aponta Groppo (2004), a educação das classes populares nesse período estava diretamente vinculada às necessidades imediatas de subsistência, sendo raros os investimentos públicos voltados à formação escolar desse grupo.

A responsabilidade pela educação recaía inteiramente sobre a família, sem suporte da escola ou de políticas de educação básica. Nesse contexto,

o tempo da juventude era rapidamente consumido pela necessidade de subsistência e pelo cumprimento de responsabilidades desde cedo. Em contrapartida, os jovens da burguesia tinham acesso à instrução formal e à possibilidade de explorar novas experiências, enquanto aqueles de camadas mais vulneráveis estavam mais expostos a dificuldades relacionadas à saúde, educação e mercado de trabalho.

Como resultado, a transição para a vida adulta acontecia de forma acelerada e mecânica, reduzindo a juventude a um período voltado exclusivamente à preparação para o trabalho precário. Essa lógica privava esses jovens de experiências fundamentais para o desenvolvimento do senso crítico, da autonomia e do lazer, enquanto medidas punitivas eram adotadas como forma de controle social. Em contrapartida, a juventude burguesa desfrutava de uma transição mais gradual, com acesso à educação e a um tempo maior para se desenvolver. Esse contraste evidencia a pluralidade da juventude: se a idade pode ser um fator comum, as experiências vividas e as oportunidades disponíveis variam drasticamente entre os diferentes grupos sociais. Cassab (2011) traz também a visão sobre os jovens:

O momento da juventude era completamente esvaziado de esperança e do sentido do futuro, pois eram vistos apenas como um potencial ameaça. Dessa maneira, enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os filhos de operários, afastados da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não incorporavam a figura do delinquente (Cassab, 2011, p. 153).

Cassab (2011) descreve que, em determinados contextos históricos marcados por desigualdades estruturais, a juventude das classes populares era percebida de forma negativa, associada a uma ameaça potencial à ordem social. Nessa lógica, enquanto os jovens da burguesia dispunham de tempo para estudar e eram constantemente acompanhados pela família e pela escola, os filhos de operários e trabalhadores pobres eram excluídos do sistema educacional e inseridos precocemente no mercado de trabalho. Essa inserção antecipada não apenas restringia suas oportunidades de formação, mas também contribuía para que fossem estigmatizados, muitas vezes enquadrados na figura socialmente construída do “delinquente”. Assim, a condição juvenil se tornava não um período de construção de projetos e expectativas de futuro, mas uma fase marcada pela precariedade, pela vigilância e pela criminalização.

Dessa forma, o pensamento hegemônico reduziu a juventude a uma fase de rebeldia e desordem, apenas por falta de tempo e direcionamento, não é uma percepção exclusiva do século XXI. Embora essa visão ainda esteja presente, mesmo com o passar dos séculos, é importante considerar que o jovem também foi historicamente visto como força de trabalho. Essa percepção não se restringe apenas a uma forma de controle social, mas também à sua capacidade de rápida adaptação às atividades laborais, o que contribuiu para que a juventude fosse constantemente associada ao trabalho precoce e à funcionalidade dentro da sociedade.

Um comportamento ou um estado de espírito, a juventude é o ideal a ser alcançado na medida em que propicia a capacidade de rápida adaptação às mudanças devido a seu suposto caráter flexível, pois seria capaz de dar respostas rápidas a diferentes situações. Dinâmico e mutável, o “modo de ser” jovem permitiria ao sujeito se adequar às novas exigências do capital (Cassab, 2018, p. 22).

Porém, essa afirmação sobre a vitalidade da juventude e seu ótimo desempenho nas atividades, traz novamente o questionamento do tamanho do avanço que seria possível se houvesse investimento maior no desenvolvimento acadêmico, cultural e político da categoria, inovando e adaptando os ambientes, trazendo evolução pessoal e avanços nos meios que ocupam.

A percepção da juventude tem evoluído significativamente ao longo do tempo, refletindo mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Antigamente, a juventude era vista como uma fase de transição para a vida adulta, com expectativas claras de comportamentos e responsabilidades. No entanto, estudos contemporâneos indicam que essa visão está sendo desafiada. Trancoso (2012) destaca que a juventude deve ser compreendida como uma categoria em constante transformação, moldada pelas mudanças sociais e culturais que ocorrem ao longo do tempo. Nesse processo, o avanço das tecnologias digitais tem exercido papel relevante na reconfiguração das experiências vividas e das identidades juvenis. Segundo o UNICEF (2019), o uso das tecnologias digitais tem impactado significativamente a saúde mental e o bem-estar dos adolescentes, influenciando suas interações sociais e a forma como constroem a própria imagem. Essas transformações indicam que a juventude atual é caracterizada por uma diversidade

de experiências e identidades, desafiando definições tradicionais e exigindo uma compreensão mais abrangente e contextualizada.

Além disso, a juventude atual, especialmente a da classe trabalhadora, enfrenta um cenário de incertezas econômicas e sociais, o que pode levar a um "fechamento de horizonte" para muitos jovens, resultando em uma sensação de falta de perspectivas futuras. Por outro lado, pode levar a situações de questionamento das estruturas e, conseqüentemente, ao questionamento do próprio "mundo do trabalho". A juventude, quando bem estimulada ao "protagonismo juvenil, haja vista a amplitude de acesso á informações decorrente das novas tecnologias, carrega em si um alto potencial de modificações estruturais profundas. Essa realidade é preocupante, pois pode afetar o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens, limitando suas oportunidades e perspectivas de vida (Jornal UFG, 2025). É essencial compreender a juventude atual como um grupo heterogêneo, cujas experiências são moldadas por diversos fatores, incluindo o contexto digital, as condições socioeconômicas e as transformações culturais. Reconhecer essa diversidade é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas que atendam às necessidades específicas dos jovens, promovendo seu bem-estar e desenvolvimento integral.

2.2 A CONSTRUÇÃO E A BUSCA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

No que diz respeito ao Brasil, o olhar para o jovem não era muito diferente, ou seja, quando aparecem as primeiras legislações para estes, elas vêm no espírito repressivo e criminalizado. O Código de Menores (1927), conhecido também como Código Melo Mattos, o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) (1941) e o Programa Nacional do Bem-Estar do Menor (1964) que visavam as categorias criança e adolescente, através da doutrina de manter a ordem social.

A educação comportamento do jovem foi por muito tempo visto como responsabilidade familiar, tendo essa ideia reforçada no período da década de 1970, reservando para a juventude maiores esforços com a educação moral em casa, ficando com as escolas a responsabilidade de moldá-los ao mercado de trabalho investindo em educação com formação técnica, pensando novamente na

juventude apenas como futuros trabalhadores, porém aproximava-se o protagonismo da categoria.

Ao fim dos anos de 1970, jovens estudantes brasileiros protagonizaram com o movimento estudantil - somando forças a classe operária ao lutar contra o regime ditatorial que o país sofria - e se fez essencial para a luta contra o fim do regime militar. Porém, a força do movimento estudantil diminuiu à medida que a ditadura chegou ao fim e o foco da luta e reivindicações ao Estado viriam a mudar e havia apenas a espera para que o sistema democrático fosse implantado e que as mudanças na economia e nos setores gerais fossem feitas. Apesar da percepção de que a participação política juvenil teria diminuído, pesquisas indicam que houve transformações nas formas de engajamento. Segundo Abramovay et al. (2019), há uma migração para espaços virtuais, coletivos culturais e causas específicas, que nem sempre se traduzem em militância partidária. Em contrapartida, eventos como as ocupações secundaristas de 2015-2016 mostram que a mobilização juvenil permanece significativa, ainda que sob novas formas e pautas. Então nessa caminhada dos anos de 1980 e a redemocratização, a sociedade cobrava por maior atenção às mazelas sociais e, se deparando com os mais marginalizados, houve a percepção da juventude dentro dessa categoria, uma vez que sendo destaque durante a luta pela quebra do regime militar, passou a ter visibilidade.

Os estudantes tiveram uma grande importância na luta contra o regime militar: foram às ruas, fizeram passeatas, lutaram pela reforma universitária, participaram da resistência contra o regime militar, seja integrando organizações de luta armada ou militando de outras maneiras. Muitas organizações de lutas armadas possuíam um grande número de estudantes entre os seus integrantes, e, desta maneira, eles foram um grupo muito atingido pela repressão, sendo que dos 436 mortos e desaparecidos políticos levantados pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos 125 eram estudantes. É necessário recuperar a história do movimento estudantil, a participação na luta contra o regime militar. É necessário também apurar todas as mortes e desaparecimentos políticos que atingiram a estudantes, responsabilizando os agentes estatais e demais envolvidos. Os estudantes organizados tiveram um papel político de luta fundamental contra a ditadura militar. Foram às ruas protestar, participar de passeatas, integraram movimentos de luta armada, distribuíram panfletos, lutaram, enfim, contra o sistema repressivo vigente naquele momento. A participação dos estudantes foi expressiva, sendo que eles constituem uma grande parte dos mortos ou desaparecidos políticos brasileiros. Segundo estudo feito pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" das 436 pessoas que constam no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 125 eram estudantes. Desde o primeiro momento com a implantação da

ditadura militar, o movimento estudantil foi perseguido (Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Movimento Estudantil - A verdade aberta. Alesp).¹

Durante um período de desenvolvimento das políticas neoliberais, as políticas neoliberais constituem um conjunto de medidas econômicas e institucionais que priorizam a desregulamentação do mercado, a privatização de serviços públicos e a redução do papel do Estado no bem-estar social. Harvey (2008) define o neoliberalismo como um projeto político de restauração do poder de classe, sustentado por reformas que favorecem o capital em detrimento dos direitos sociais. No Brasil, a partir da década de 1990, tais políticas impactaram fortemente programas voltados à juventude, reduzindo investimentos e condicionando a assistência social a critérios focalizados. Houve um grande movimento em relação as Organizações Não-Governamentais - (ONGs) e a sociedade que se viam preocupados em relação à situação da juventude

Um segundo motivo que pode ser relacionado é o agravamento acelerado da chamada crise urbana, com a explosão das periferias das grandes metrópoles brasileiras, impulsionada por uma combinação de aumento exponencial da violência urbana; enfraquecimento do Estado e corrupção acentuada; pauperização aliada a minimização dos serviços públicos e enfraquecimento das arenas de luta política na sociedade. Por fim, porém não menos importante, é a questão das mudanças no mundo do trabalho, com o crescimento do desemprego aberto, o encolhimento dos empregos formais e da seguridade a ele associada (Cassab, – 2007, p. 3).

E uma vez que o Estado era um tanto incapaz de cumprir a maior parte das exigências devido ao baixo orçamento que sobrara do período da ditadura militar aos cofres públicos. Porém, ainda que um tanto incapaz de cobrir todas as exigências, em 1988 quando promulgada a Constituição Federal do Brasil, prevê através do artigo Art. 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

¹ COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório: Tomo I – Parte II – Capítulo 6*. Disponível em: <https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap6.html>. Acesso em: 27 jul. 2025.

De acordo com a Emenda Constitucional nº 65 (BRASIL, 2010), algumas mudanças importantes foram realizadas no texto constitucional, este artigo foi reforçado em julho de 1990 através da promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), mas ainda direcionada apenas aos direitos das crianças e adolescentes, levando em consideração que a adolescência se refere a faixa etária dos 12 anos até 18 anos completos, excluindo a juventude acima dos 18 anos, que passa a ser atendida pelo Estatuto da Juventude (2013), e o artigo 227 também é alterado em 2010, incluindo os jovens.

Na segunda metade dos anos 1990, durante o governo FHC, os programas voltados para a juventude ainda careciam de definição clara, variando consideravelmente conforme as faixas etárias envolvidas. Mesmo assim, foi possível observar uma valorização da juventude, com a implementação de incentivos em áreas como esporte, trabalho, lazer, assistência e previdência social, além da ampliação das vagas no ensino médio. Embora a iniciativa tenha se apresentado como um avanço, é importante destacar que essas políticas não foram desenvolvidas com a participação dos jovens, o que fez com que nem sempre atingissem os resultados esperados. Um ponto relevante desse período foi a criação da Organização Ibero-Americana da Juventude, que fortaleceu a ideia de que a participação dos jovens nas decisões políticas e nas políticas voltadas para essa faixa etária deve ser um direito. Dessa forma, abriu-se um caminho para a elaboração de políticas públicas de/para/com a juventude, conferindo-lhes voz nas decisões.

No final da década de 1980 e se alastrando a década de 1990, a juventude se viu no cenário conhecido como “crise do emprego”, deixando a juventude trabalhadora com medo do desemprego e se rendendo a baixas remunerações para não enfrentar o desemprego, ou até mesmo para complementar a renda familiar, uma vez que outra pessoa da família estivesse desempregada ou teve o salário reduzido de alguma forma. Há também os que não adentraram ao mercado de emprego formal, trabalhando de forma irregular e periculosa e, aqueles que vinham de família com maior segurança financeira, simplesmente optaram por esperar até que o mercado de trabalho melhorasse, porém permaneceram dependendo da economia familiar, levando mais tempo para sair de casa ou alcançar outro tipo de independência. Sabendo que a vida gira em torno da situação financeira

no sistema em que vivemos, o jovem que necessita maior atenção ao trabalho/salário, menos tempo tem de se dedicar aos estudos e lazer, o que pode levar a um risco maior para a saúde mental. (Jovens Urbanos - Políticas Públicas voltadas a Juventude, 2006) ²

Porém foi no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso (2002) e logo após, no Governo Lula que as juventudes passaram a serem percebidas como categoria social que necessitava de apoio, espaço e voz para que pudessem contribuir nas escolhas de alternativas e oportunidades para trilhar um caminho melhor e de fato poder contribuir com a sociedade com o reconhecimento destes como sujeitos de direitos.

Sposito e Carrano (2003, p. 16) afirmam que “Traçar um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil torna-se particularmente oportuno se levarmos em conta, na atual conjuntura, o novo período político inaugurado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, cuja posse se deu em janeiro de 2003”. Eles ressaltam que é importante refletir sobre as iniciativas passadas e as inovações que podem surgir a partir das políticas municipais, que têm o potencial de construir um novo paradigma em torno dos direitos dos jovens. Rua (1998) discute que as políticas públicas voltadas à juventude, historicamente, ficaram limitadas ao que ela chama de "estado de coisas", uma vez que, embora o tema fosse relevante, ainda não era tratado como um problema político que demandasse ações específicas.

Em 2003, o Governo Lula amplia o olhar sobre as organizações que há anos pediam mais políticas públicas para a juventude e, inicia com a proposta de fazer valer a participação do jovem e um cuidado maior em relação a essa população e, deu início a uma proposta de uma Política Nacional de Juventude (PNJ) (2006), visando ampliar a garantia de direitos das juventudes, considerando que o ECA prevê essa questão apenas para crianças e adolescentes. De acordo com Sposito e Carrano (2003), as políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil têm evoluído ao longo dos anos, com um foco crescente nas necessidades e direitos dos jovens. Foram realizadas várias pesquisas em relação a situação das juventudes no período e criados setores para planejar e propor ações para esta categoria, sendo

² JOVENS URBANOS. **Políticas públicas voltadas para juventude**. PUC-SP, 2006. Disponível em: https://www.pucsp.br/projetojovensurbanos/dados/politicas_publicas_voltadas_para_juventude.html. Acesso em: 27 jul. 2025.

elas: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/ 2005) para os cuidados em relação às políticas públicas da juventude e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) afins de pesquisa sobre a juventude para a colaboração em relação a criação de políticas públicas e contava com participantes jovens, de diferentes grupos étnicos, religiosos, de gênero, da área rural e urbana.

Em relação inclusive a pesquisas sobre a juventude, foi por meio destes dados coletados que foi possível a criação de uma Política de Juventude nomeada como ProJovem, a qual visava que o jovem/adolescente tivesse uma chance desempenhar um papel na comunidade e que fosse remunerado por isso e, a carga horária tornava possível estudar, oferecendo assim remuneração, trabalho e ainda possibilidade de ascensão social a partir dos estudos, trazendo a remuneração a vida do jovem de forma a pensar num exercício de cidadania e não apenas a mão de obra. Porém, há de se destacar que a bolsa-auxílio nem sempre se faz suficiente a realidade do jovem, o que faz muitas vezes que a evasão se faça presente independente de quão boa pareça a oportunidade (Munhoz Sofiati, Flávio. 2011).

Mas agora facilitou apontar políticas públicas que abrangem essa faixa da população e, apesar de não ser em quantidade ideal ou idealizada, devo listar ao menos as maiores e mais importantes garantias de direitos a essa população como prevê o Estatuto da Juventude (LEI N° 12.852) sancionado no dia 05 de agosto de 2013 que vem a ser como um guia em relação aos direitos específicos da juventude dentro de diversas áreas como por exemplo, educação, cultura e desporto, da assistência social, da cultura e lazer, direitos sociais e políticos e outros mais específicos, auxilia fortemente em relação às políticas públicas e seu alcance, se tornando assim uma porta ao conhecimento e garantia de direitos dessa população.

2.3 GARANTIA E ACESSO DE DIREITOS DA JUVENTUDE

Em 2008 houve a primeira Conferência Nacional da Juventude com o tema “Levante a sua bandeira”, que trouxe à tona a face da categoria em pauta. A Juventude pode então participar e opinar diretamente, sem precisar de representantes de fora da categoria decidindo por eles:

Que os jovens do futuro saibam e tenham certeza: os jovens do presente não se omitiram. Entre outros posicionamentos, disseram “sim” à reforma agrária e à legalização do aborto. Disseram “não” à redução da maioridade penal e à discriminação da juventude negra. Exigiram ser letra viva nas páginas da Constituição, com a PEC da Juventude. E africanizaram a pátria amada: o hino nacional foi cantado no embalo de uma vigorosa batucada (Revista Pacto, 2008, p. 3).

Em seguida se realizou o primeiro Pacto pela Juventude. A segunda Conferência Nacional da Juventude aconteceu em 2011, com o tema “Conquistar direitos e desenvolver o Brasil” e terceira edição da conferência teve por tema “As várias formas de mudar o Brasil” e aconteceu em 2015. E assim a juventude expôs suas necessidades e idealizações, mostrando sua capacidade de discutir a realidade que por muito tempo foi ignorada. Como fruto das discussões originadas nas Conferências, surgiram algumas políticas públicas na educação, muitas delas fortemente conhecidas e utilizadas atualmente como: Sistema de Seleção Unificada (SISU), que consiste em um sistema eletrônico que segundo o Ministério da Educação (MEC) seleciona mediante as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) vagas em instituições federais como universidades ou institutos; O Programa Universidade para Todos (PROUNI), que oferta bolsas parciais em instituições privadas; O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que atua financiando curso superior em instituições privadas; E também a cota de 50% de reserva para pessoas provenientes do ensino médio público, indígenas, negros e pardos para instituições de ensino superior.

Em relação a questão cultural os avanços vieram com a Identidade Jovem (IDJOVEM) que consiste em atender a juventude que faz parte do Cadastro Único, concedendo descontos em atividades culturais, esportivas e transportes coletivos interestaduais. A implantação dos Centro de Artes e Esportes Unificados (CEUs), que segundo Moacir Gadotti (2000, p. 7),

[...] atua promovendo o desenvolvimento humano sustentável e integral dos cidadãos e cidadãs como sujeitos de direitos e de deveres. O CEU é, portanto, um centro educacional composto de núcleos, unidades e espaços de diferentes Secretarias que potencializa a intersectorialidade das políticas públicas, a constituição da rede de proteção social e os princípios da cidade educadora.

O Programa Estação Juventude é estruturado como um espaço que visa fornecer aos jovens informações sobre políticas públicas e ações disponíveis, além de orientações e encaminhamentos que favoreçam sua autonomia na construção de trajetórias pessoais e profissionais (Brasil, 2017).

Plano Juventude Viva que visa por meios da interferência do Estado combater o racismo, vulnerabilidade social, violência física e simbólica contra os jovens e Juventude Rural, que dispõe uma bolsa afins de promover a importância do jovem rural no ensino médio.

Um conjunto muito importante de políticas públicas para os jovens existe também na área da saúde, como o Caps I voltado para a população jovem e adolescente com questões relacionadas com a saúde mental. Caps AD onde atendem todas as faixas etárias que sofrem com problemas de adição e unidade de acolhimento infanto-juvenil - onde o atendimento é para adolescentes e jovens também, já que a faixa etária do atendimento vai de 12 a 18 anos de idade.

Em Foz do Iguaçu, as políticas públicas voltadas à juventude vêm sendo construídas e articuladas especialmente por meio de projetos como o “Agentes da Cidadania”, desenvolvido no Centro da Juventude Jardim Naipi. A cidade, localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, apresenta um contexto social complexo, marcado por desigualdades, vulnerabilidade juvenil e altos índices de violência contra jovens, especialmente entre 20 e 29 anos, segundo dados analisados por Cardin (2014). Essa realidade reforça a urgência de políticas que considerem as especificidades das juventudes locais, assegurando espaços de formação cidadã e convivência. A partir da parceria entre o curso de Serviço Social da UNILA e o CEJU, foram desenvolvidas oficinas que promoveram o protagonismo juvenil e a conscientização sobre os direitos previstos no Estatuto da Juventude, com enfoque em temáticas como comunicação, gênero, racismo e mobilidade urbana (Sander; Camargo, 2021). Essas ações articulam os marcos legais nacionais com a realidade vivida pelos jovens da cidade, promovendo a participação social ativa, inclusive nas conferências municipais de direitos das crianças e adolescentes, como a ocorrida em 2022, na qual adolescentes do CEJU formularam propostas e atuaram como delegados e suplentes (Colaço; Sander; Araides, 2023). Tais experiências evidenciam que, embora a Política Nacional de Juventude ainda careça de consolidação plena como política de Estado, a atuação local em Foz do Iguaçu

representa um campo potente de resistência, formação crítica e garantia de direitos para as juventudes.

3. CENTRO DA JUVENTUDE COMO UM ESPAÇO SÓCIO-CULTURAL

A juventude brasileira vive, em muitos aspectos, um período de intensas transformações e desafios, atravessado por desigualdades históricas que limitam o acesso a oportunidades capazes de moldar sua formação pessoal, social e política. Embora o poder público, em diferentes cidades, se esforce para criar espaços de convivência e desenvolvimento, como os Centros da Juventude, é preciso reconhecer que tais iniciativas não estão isentas de contradições. Muitas vezes, a criação desses espaços é marcada por disputas orçamentárias, descontinuidade de programas, ausência de profissionais qualificados e insuficiente participação juvenil nas decisões sobre sua gestão. No caso de Foz do Iguaçu, o Centro da Juventude Jardim Naipi surge como uma resposta concreta à demanda por políticas públicas voltadas à juventude, mas sua efetividade está diretamente ligada à forma como articula ações educativas, culturais e esportivas com processos de escuta, protagonismo e mobilização social. Assim, mais do que oferecer atividades, o desafio é consolidar o CEJU como um território político-pedagógico capaz de enfrentar as desigualdades que atingem os jovens em situação de vulnerabilidade e de promover, de fato, a transformação social almejada.

Neste capítulo, será explorado o papel fundamental que o Centro da Juventude desempenha na vida dos jovens do município de Foz do Iguaçu, com foco no Centro da Juventude Jardim Naipi, um espaço que se tornou um ponto de referência para a comunidade local e além. A análise abordará desde a concepção do centro e seus objetivos, até o impacto de suas atividades na vida dos jovens, proporcionando um ambiente onde não só se busca o desenvolvimento de habilidades práticas, mas também a construção de uma consciência crítica e a inclusão social. Ao longo deste capítulo, será discutido como o Centro da Juventude Jardim Naipi contribui para o empoderamento dos jovens, a formação de uma rede de apoio e a ampliação de seus projetos de vida, promovendo não apenas atividades culturais e esportivas, mas também um fortalecimento das relações sociais e da participação cidadã.

3.1 O CENTRO DA JUVENTUDE JARDIM NAUPI

No estado do Paraná há atualmente 26 Centros da Juventude em funcionamento. Estes são um espaço que oferecem oficinas de esporte, atividades culturais, lúdicas, políticas e profissionais para jovens e adolescentes, atendendo a faixa etária 12 - 29 anos, e tem como prioridade atender jovens em situação de vulnerabilidade social, porém buscam atender todos os jovens que o procuram.

Segundo o site da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Paraná, os Centros da Juventude são espaços voltados à promoção da cidadania e à prevenção de situações de risco social. O Centro da Juventude configura-se como um equipamento público de acesso gratuito, voltado ao atendimento integral de adolescentes e jovens por meio de atividades socioculturais, esportivas, de lazer e de qualificação profissional. Trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado que busca prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, promovendo o desenvolvimento pessoal, profissional e político desse público (Paraná, 2023). Em Foz do Iguaçu tem o Centro da Juventude Jardim Naipi, que fica localizado na rua Otto Ernesto Gottliebe - 410, no bairro Jd. Naipi e assim como os todos centros da juventude no estado, conta com piscina semiolímpica, sala de dança com espelhos, computadores para aulas de informática, saguão com jogos de mesa, vestiários, quadra de basquete, futsal e vôlei, cozinha, direção dividido em 3 salas, 6 salas livres para realização de oficinas, sala de teatro com isolamento acústico, pista de skate e biblioteca, disponíveis para os jovens dentro da faixa etária padrão frequentarem de acordo com os seus interesses.

A criação do Centro da Juventude Jardim Naipi teve como principal motivação a necessidade de oferecer um espaço de convivência que atendesse às demandas da população jovem da região. Com a inauguração, o CEJU se consolidou como um ponto de referência, não apenas para os moradores do Jardim Naipi, mas também para outras áreas de Foz do Iguaçu. O CEJU visa, em sua essência, atender às necessidades de jovens que, muitas vezes, carecem de oportunidades educacionais, culturais e esportivas em suas comunidades.

Conforme o Portal Foz do Iguaçu, a inauguração do Centro da Juventude foi uma resposta a uma demanda crescente por ações voltadas para o público jovem na cidade. A proposta do mesmo é fomentar o protagonismo juvenil,

por meio de atividades que estimulam o desenvolvimento físico, mental e social dos jovens (Foz, 2013).

O Centro da Juventude Jardim Naipi vem oferecendo uma ampla gama de atividades, incluindo aulas de esportes, oficinas culturais, eventos e atividades recreativas. Dentre as principais modalidades, destacam-se o basquete, futsal, vôlei e dança, todas com o objetivo de promover a integração social e o desenvolvimento pessoal dos jovens.

As atividades são organizadas em horários específicos, como por exemplo, as aulas de basquete, que acontecem toda sexta-feira, das 10h às 11h30, para jovens a partir de 12 anos. Além disso, o CEJU também realiza oficinas culturais, que abrangem diversas formas de expressão artística, incluindo música e teatro, contribuindo para o desenvolvimento da criatividade dos participantes.

A gestão do Centro da Juventude Jardim Naipi foi pautada pela acessibilidade e pela inclusão. De acordo com informações do Portal da Cidade, o horário de funcionamento da secretaria era de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, o que possibilitava que os jovens tivessem acesso às atividades durante o período integral (Foz, 2013).

A interação com a comunidade local também é um dos pilares do funcionamento do CEJU, visto que ele busca ser um espaço onde os jovens possam se sentir parte de uma rede de apoio e cuidado. Através das atividades desenvolvidas, contribui para a formação de uma juventude mais consciente de seu papel social, estimulando o engajamento cívico e comunitário.

Como prevê o Projeto Técnico do Centro da Juventude:

Ao participar de uma ação pedagógica em que os sujeitos têm condições de relacionar suas experiências cotidianas com o conteúdo desenvolvido pelas diferentes áreas de conhecimento e registrá-las nas formas que consideram apropriadas, podemos dizer que a ação passa a ter sentido e significado para eles e isso os fará mobilizar o raciocínio e a afetividade, desenvolver as capacidades de tomada de decisões, a imaginação, a criatividade, a ousadia, a improvisação, a solidariedade e a cooperação. Além disso, ter-se-á como ganho o fortalecimento da autoestima, contribuindo para melhorar o relacionamento com o outro. [...] Esse é um caminho de libertação e emancipação necessário para os adolescentes em processo de formação, mas em especial àquelas vulnerabilidades e com seus direitos violados, que são públicos prioritários do programa. Assim situado, o Centro da Juventude é um espaço de proteção e garantia de direitos, bem como de mobilização dos jovens acerca do sentido e da busca por seus direitos individuais e coletivos (Paraná, 2012, p. 15).

O Centro da Juventude não se limita a oferecer atividades recreativas, mas propõe uma intervenção crítica e transformadora no cotidiano dos jovens. Ao promover espaços de escuta, criatividade e convivência, o CEJU fortalece o desenvolvimento humano em sua totalidade e contribui para a construção de uma juventude mais autônoma, consciente e mobilizada socialmente.

Além do desenvolvimento pessoal e social, é fundamental reconhecer a participação política como dimensão essencial do protagonismo juvenil. A formação cidadã promovida no CEJU deve estar articulada à construção de espaços onde os jovens possam exercer sua voz e influenciar diretamente as decisões que impactam suas vidas. Segundo Colaço et al. (2023), incentivar a presença das juventudes em instâncias deliberativas, como conselhos e orçamento participativo, fortalece sua autonomia e contribui para a formulação de políticas públicas mais democráticas e condizentes com suas realidades. Assim, a promoção da participação não deve ser apenas um ideal, mas uma prática incorporada no cotidiano dos Centros da Juventude como instrumento de transformação social.

3.2 O CENTRO DA JUVENTUDE COMO ESPAÇO SOCIOCULTURAL

O Centro da Juventude Jardim Naipi, como espaço sociocultural, cumpre um papel essencial na promoção da convivência, da escuta e do protagonismo juvenil. Conforme Geertz (1989), os espaços culturais são ambientes nos quais os indivíduos constroem sentidos coletivos para suas experiências e interações. No CEJU, isso se manifesta nas trocas entre jovens de diferentes territórios, realidades e vivências sociais, o que possibilita uma convivência marcada pela diversidade e pela construção coletiva do saber e da cidadania.

O ambiente do CEJU é dinâmico: há encontros, conflitos, aprendizados, tensões e negociações constantes. Ezpeleta e Rockwell (1986) destacam que os espaços educativos não são neutros, mas sim atravessados por disputas de sentidos e apropriações. No dia a dia das oficinas, rodas de conversa e projetos como “Meninas na Política”, “Papo de Homem” e oficinas de maquiagem e identidade, é possível observar como os jovens se expressam, se posicionam e aprendem a reivindicar seus direitos a partir das suas realidades concretas.

A atuação do CEJU está alinhada aos princípios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), política pública vinculada à Proteção Social Básica do SUAS³. O SCFV tem como objetivo central fortalecer os vínculos familiares e comunitários, a partir do convívio em grupo, da valorização das vivências culturais e da promoção da participação social. No caso do CEJU Jardim Naipi, isso se materializa na construção de atividades que não apenas ocupam o tempo dos jovens, mas que os envolvem como sujeitos ativos do processo protagonistas de suas trajetórias, e não apenas beneficiários de uma política. Conforme Colaço (2024), O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço da Proteção Social Básica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), voltado ao desenvolvimento de atividades socioeducativas que visam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nesse contexto, o Centro da Juventude (CEJU) é um equipamento público vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, onde são desenvolvidas ações voltadas à juventude em situação de vulnerabilidade social, articulando a proteção social com práticas educativas e de participação cidadã.

Segundo Moraes et al. (2019), as experiências de Centros da Juventude, em sua grande maioria estruturam suas ações em três eixos: o socio profissional, voltado à inserção no mundo do trabalho; o sócio afirmativo, que trabalha identidades e potencialidades; e o jovem multiplicador, que forma lideranças.

No CEJU, esses eixos se entrelaçam com as práticas cotidianas: jovens que antes eram apenas participantes tornam-se articuladores de oficinas, multiplicadores de debates e representantes em espaços como conferências. Como aponta Costa (2019), o trabalho da equipe técnica especialmente de assistentes sociais é atravessado por desafios ético-políticos, exigindo mediações constantes entre os desejos juvenis e as exigências institucionais. Essa dimensão política se torna ainda mais evidente quando se observa que o Centro da Juventude Jardim

³ A Constituição Federal de 1988 incorporou a Assistência Social ao campo da Seguridade Social brasileira, ao lado da saúde e da previdência. Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, a assistência social foi regulamentada como política pública, orientada pelos princípios de universalização do acesso e responsabilidade estatal. Em 2005, foi instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por organizar os serviços, programas e benefícios de forma descentralizada e participativa em todo o território nacional. Fonte: <https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Assistencia-Social>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Naipi esteve diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social entre 2013 e 2018, sendo nesse período implementado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com foco no fortalecimento de vínculos familiares, no protagonismo juvenil e no acesso a direitos (Colaço, 2024). As oficinas foram pensadas com e para os jovens, respeitando suas demandas e promovendo espaços de escuta e construção coletiva. No entanto, atualmente o CEJU não conta mais com assistente social em sua equipe técnica, o que compromete a integralidade do acompanhamento socioassistencial e fragiliza as possibilidades de mediação institucional qualificada.

O espaço, portanto, é mais do que físico: é simbólico e político. Ele acolhe histórias de vida, desigualdades, potencialidades e resistências. Como lembra Santos (2016), os jovens especialmente os da periferia historicamente foram tratados como “problemas sociais”. No entanto, ao serem escutados e valorizados, tornam-se sujeitos de transformação. O CEJU, ao reconhecer a juventude em sua diversidade de classe, raça, gênero e território, constitui-se como um instrumento potente de emancipação e construção da cidadania.

3.3 A INFLUÊNCIA DO CENTRO DA JUVENTUDE NO DESENVOLVIMENTO CRÍTICO POLÍTICO DA JUVENTUDE

Os Centros da Juventude representam muito mais que espaços físicos de convivência. São territórios de resistência e construção coletiva que buscam garantir o acesso da juventude aos seus direitos sociais, culturais e políticos. Com base na atuação de equipes multiprofissionais, esses espaços promovem ações formativas, culturais e socioeducativas que dialogam diretamente com a realidade dos jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Conforme apontado por Colaço et al. (2023), as atividades realizadas no CEJU Jardim Naipi, como as oficinas de formação e a participação nas Conferências de Juventude, representam importantes formas de fortalecimento do protagonismo juvenil e da autonomia dos jovens nos processos decisórios. Essas experiências ampliam o espaço de atuação dos jovens para além da convivência cotidiana, inserindo-os em debates públicos e instâncias formais de formulação de políticas. Tais práticas reforçam os princípios do Estatuto da Juventude e dialogam

com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, ao promoverem a cidadania, a participação e a emancipação social dos sujeitos juvenis.

Essas ações integram um projeto que busca fortalecer o pertencimento social e a identidade cultural, étnica, racial, de gênero², de classe e política das juventudes participantes. Essa estrutura de atuação é especialmente significativa quando situada no contexto da Tríplice Fronteira, onde, segundo Sander e Araides (2023), a juventude vivencia intensamente os efeitos da desigualdade social, da precarização do trabalho e da exclusão de políticas efetivas. Os autores destacam que a política de juventude deve reconhecer os jovens como sujeitos históricos e políticos, considerando as interseccionalidades que marcam suas trajetórias. Assim, os eixos desenvolvidos nos Centros da Juventude não apenas promovem inclusão social, mas também funcionam como estratégias de resistência e transformação, articuladas com a luta por direitos e pela democratização do acesso às políticas públicas.

É importante destacar que esses espaços não são neutros. A atuação crítica da equipe técnica, especialmente no que se refere ao Serviço Social, se dá na mediação entre os desejos e necessidades concretas dos jovens e as exigências institucionais do programa. Isso exige sensibilidade ética e política, pois, como afirma Costa (2019, p. 9), “o trabalho da assistente social é apropriar-se das expressões das desigualdades sociais e formular formas de resistência, defesa da vida e ampliação de direitos civis, sociais e políticos”. De acordo com Colaço (2024), o Centro da Juventude Jardim Naipi contou com atuação de estagiária de Serviço Social em 2023, no âmbito de um projeto de extensão universitária, o que reforça a importância da presença desse profissional na mediação entre juventude, território e garantia de direitos.



Discursando na Câmara dos Vereadores, atividade do estágio

Fonte: Imagens de arquivos pessoais.

Como relatado por Colaço et al. (2023), esse trabalho resultou em experiências concretas de articulação política, como a construção coletiva de oficinas temáticas, eventos comunitários e participação em fóruns e conferências. O Centro da Juventude, nesse sentido, funciona como catalisador de consciência crítica. Ao acolher a juventude em sua diversidade marcada por raça, classe, gênero e território, oportuniza espaços de escuta, reconhecimento e ação coletiva. Os jovens passam a se enxergar como sujeitos de direitos, e não apenas como “problemas sociais”, rótulo historicamente associado à juventude periférica (Santos, 2016).

Essas experiências práticas fortalecem uma perspectiva de atuação que ultrapassa a lógica assistencialista, posicionando o CEJU como um espaço de disputa simbólica e de formação cidadã, onde o trabalho da equipe técnica, em especial do Serviço Social, articula teoria, práxis e engajamento político em defesa da juventude. Seu trabalho cotidiano está entre o desafio de respeitar a autonomia juvenil e a urgência de responder às situações de exclusão que atravessam esses sujeitos. Quando bem estruturado, esse espaço torna-se um instrumento de transformação social, onde a juventude, antes silenciada, torna-se protagonista de sua própria história.

Na prática, o CEJU Jardim Naipi recebe, em sua maioria, adolescentes e jovens de 12 a 29 anos que vivem em contextos de vulnerabilidade social, vindos principalmente dos bairros periféricos de Foz do Iguaçu. São meninos

e meninas que, muitas vezes, não encontram em outros espaços a possibilidade de serem ouvidos, de experimentar novas formas de aprender e de participar ativamente da comunidade. É justamente por ter esse público com histórias, desafios e resistências tão presentes no cotidiano que o CEJU se torna um espaço de transformação. Porque quando esses jovens se reconhecem ali, constroem vínculos, ampliam horizontes e passam a acreditar que suas vozes importam, o Centro deixa de ser só um prédio com atividades e se torna um lugar de pertencimento e mudança real na vida de quem o ocupa.

3.4 A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO CRÍTICA NO CENTRO DA JUVENTUDE

Os Centros da Juventude, portanto, configuram-se como espaços privilegiados para a formação cidadã e política da juventude, especialmente quando incorporam a transversalidade de gênero em suas práticas cotidianas. Inserir o debate de gênero nesse contexto não é apenas uma escolha pedagógica, mas um ato de resistência e compromisso com a emancipação social. A autora Anne Grace Gomes (2019) defende que discutir gênero⁴ nesses espaços é fundamental, sobretudo em tempos de retrocessos políticos e conservadorismo. Essa abordagem rompe com a visão biologizante das relações entre os sexos e revela a desigualdade como estrutura histórica e socialmente construída. Como afirma Kergoat (1996), o conceito de relações sociais de sexo permite ultrapassar a ideia de diferença para compreender relações de dominação e exploração.

Nos Centros da Juventude, o debate de gênero ganha potência justamente por partir do cotidiano dos adolescentes e jovens, muitas vezes naturalizado em comportamentos e discursos. Quando se permite que meninas e meninos reflitam sobre temas como divisão sexual do trabalho, violência doméstica, direitos reprodutivos e participação política, abre-se um caminho para desconstrução

⁴ O conceito de gênero, enquanto categoria de análise, permite compreender que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas histórica e socialmente, e não determinadas biologicamente. Joan Scott (1990) afirma que o gênero é uma forma de dar significado às relações de poder. Kergoat (2009) reforça que as relações sociais de sexo estruturam a divisão sexual do trabalho e produzem desigualdades. Farah (2004) destaca que, ao analisar políticas públicas sob a ótica de gênero, é possível desnaturalizar essas assimetrias e promover justiça social.

de padrões e construção de novas formas de convivência (Gomes, 2019); essa abordagem crítica vai ao encontro da pedagogia freireana que norteia a atuação dos Centros. Os Centros da Juventude contam com Projetos Político-Pedagógicos (PPP), que orientam suas práticas e atividades, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Juventude e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No caso do Centro da Juventude Jardim Naipi, o PPP define ações voltadas à formação cidadã, inclusão digital, atividades culturais e esportivas, conforme previsto na Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social. Como destaca o Projeto Técnico⁵ Centro da Juventude do Paraná, a formação nos espaços do CEJU deve ser “prática de liberdade” e de resignificação das experiências cotidianas, permitindo a compreensão do seu caráter político e social (PARANÁ, 2012, p. 15). Dentro das demandas e discussões necessárias, o projeto “Meninas na Política” (2018-2021) tinha como proposta captar os assuntos que surgiam das próprias frequentadoras, trazendo esses temas pra serem debatidos em rodas de conversa, sempre conduzidas pela psicóloga e coordenadora Rosângela Rocha e pela então estagiária de Serviço Social, Sabrina Ramirez. A ideia era criar um espaço de fala que fosse confortável, acolhedor e seguro. E como a pauta sobre violência de gênero aparecia de forma recorrente, percebeu-se a necessidade de criar também o “Papo de Homem”, onde os meninos e homens frequentadores foram convidados a refletir e discutir questões como violência de gênero, patriarcado e os reflexos disso no comportamento masculino (Diário de campo da autora).

Assuntos fortes e extremamente necessários, como a pobreza menstrual, também foram trazidos como pauta em ambos os projetos, com a iniciativa “Tá no Ciclo”, conduzida por Valentina Virgínio. A proposta era reforçar que toda vivência é política desde como se vive, onde se vive, até de que forma isso acontece no dia a dia. Isso passa por comportamento, pelas possibilidades e meios sociais, e até mesmo pelo alimento que chega na mesa. Tudo isso fazia parte do processo de fazer os participantes refletirem sobre a importância do acesso aos direitos como caminho pra melhoria da qualidade de vida. Em outras palavras,

⁵ O Centro da Juventude atua promovendo o desenvolvimento humano sustentável e integral dos cidadãos e cidadãs como sujeitos de direitos e de deveres. O Centro da Juventude é, portanto, um centro educacional composto de núcleos, unidades e espaços de diferentes Secretarias que potencializa a intersetorialidade das políticas públicas, a constituição da rede de proteção social e os princípios da cidade educadora” (Paraná, 2013, p. 10 apud Colaço, 2022, p. 25)

questionar pra reivindicar tudo aquilo que é necessário pra viver de forma mais digna (Diário de campo da autora).



Tá no ciclo pobreza menstrual

Fonte: Imagens de arquivos pessoais.

A transversalidade de gênero nos Centros da Juventude constitui-se como um importante instrumento para a formação crítica da juventude. Farah (2004) defende que a abordagem de gênero nas políticas públicas deve ir além de ações voltadas apenas às mulheres, propondo a superação das assimetrias estruturais de poder entre os sexos. Silveira (2003) também afirma que a justiça de gênero exige práticas de cidadania ativa e redistribuição real de poder entre classes, gêneros, territórios e etnias. Nessa perspectiva, as ações realizadas no Centro da Juventude Jardim Naipi, como o projeto “Meninas na Política” e o “Papo de Homem”, foram fundamentais para fomentar reflexões sobre o papel social de meninas e meninos, os padrões impostos e as experiências de violência, exclusão e silenciamento enfrentadas por muitos jovens.

Esses espaços de fala, conduzidos de forma horizontal por profissionais como Rosângela Rocha (coordenadora e psicóloga) eicineiras e estagiárias como Sabrina Ramirez, possibilitaram que adolescentes refletissem sobre temas como feminismo, masculinidades, saúde mental, pobreza menstrual, sexualidade e direitos reprodutivos. Como destaca o Relato de Experiência de

Colaço, Sander e Araides (2023), essas práticas, ao se desenvolverem no escopo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), fomentaram a participação política, a autonomia e a formação cidadã dos jovens, contribuindo para que se enxergassem como sujeitos de direitos.



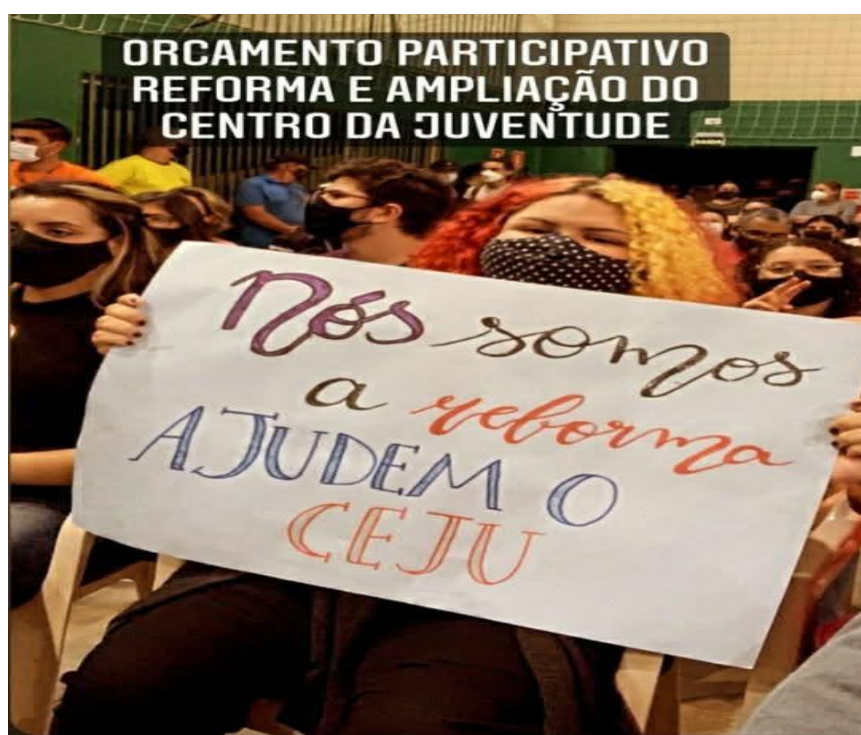
Intervenção do dia da mulher

Fonte: Imagens de arquivos pessoais.

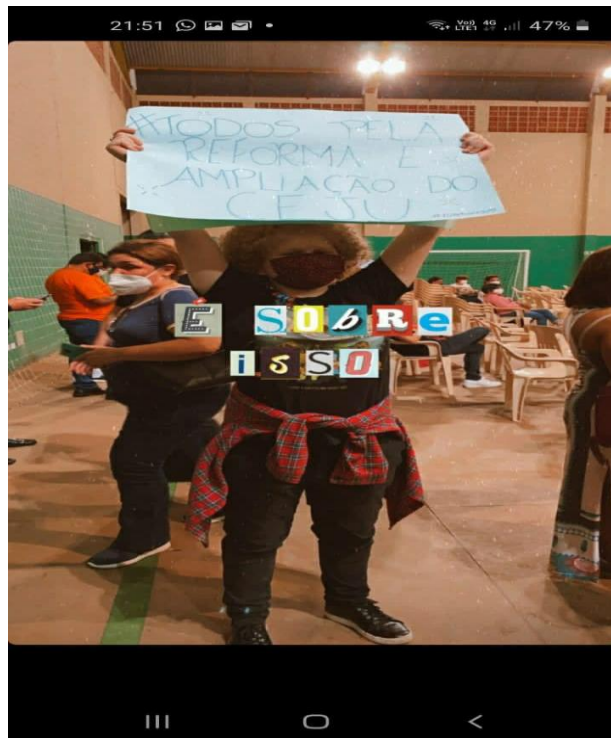
As ações de formação cidadã com os(as) jovens e adolescentes enfrentaram mudanças significativas a partir do momento em que o espaço físico do CEJU foi interditado devido às precárias condições estruturais. Com rachaduras, infiltrações e o teto ameaçando desabar, o prédio não oferecia mais segurança para a permanência dos(as) usuários(as) e da equipe de trabalho. Diante desse cenário,

os(as) jovens mobilizaram-se ativamente, participando do Orçamento Participativo de 2021⁶, momento no qual apresentaram à comunidade e ao poder público a relevância do CEJU em suas trajetórias, a potência das oficinas e rodas de conversa ali realizadas, e a urgência da reforma do prédio. A partir dessa articulação política coletiva, a proposta de reforma foi aprovada e recebeu verba destinada para sua execução.

REGIÃO OESTE		Orçamento R\$ 10.000.000,00	
1º	CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - 150 VOTOS CENTRO	R\$ 2.500.000,00	
2º	REFORMA DO CENTRO DA JUVENTUDE - 131 VOTOS JARDIM NAUPI	R\$ 3.900.000,00	
3º	UNIDADE DE ENSINO REFORMA COM AMPLIAÇÃO - 129 VOTOS ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOAO PAULO	R\$ 3.150.000,00	
4º	UNIDADE DE ENSINO REFORMA COM AMPLIAÇÃO - 89 VOTOS ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ELENICE MILHORANCA	R\$ 3.150.000,00	
5º	QUADRA POLIESPORTIVA COM PRAÇA E PLAYGROUND - 63 VOTOS RUA CAROLINA NABUCO 640 JARDIM CENTRAL	R\$ 1.300.000,00	
6º	QUADRA COBERTA COM VESTIARIO - 43 VOTOS VILA ROSA JESUS - VILA UNIAO E MARAÇANÁ	R\$ 1.000.000,00	
		TOTAL: R\$ 0,00	



⁶ A presença expressiva de jovens no Orçamento Participativo 2021, realizado na região Oeste de Foz do Iguaçu, contribuiu significativamente para a votação de projetos importantes, como a reforma do Centro da Juventude (CEJU) no Jardim Naipi. O evento contou com a participação de mais de 700 pessoas e marcou o engajamento da juventude em processos democráticos locais. Para mais informações, FOZ DO IGUAÇU. **Orçamento Participativo 2021 é encerrado com grande participação de jovens na região Oeste.** Jornal A Voz do Paraná, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://www.jornalavozdoparana.com.br/post/53496/foz:-orcamento-participativo-2021-e-encerrado-com-grande-participacao-de-jovens-na-regiao-oeste>. Acesso em: 30 jul. 2025.





Participação dos jovens na reivindicação do orçamento participativo

Fonte: Imagens de arquivos pessoais.

No entanto, a morosidade dos trâmites institucionais postergou o início das obras e forçou a transferência provisória das atividades para o Centro de Convivência do Idoso (CCI), local originalmente voltado para outro público, com outra dinâmica. A mudança, que deveria ser temporária, acabou se estendendo, afetando diretamente o vínculo dos(as) jovens com o espaço e as práticas ali construídas. Oficinas como “Meninas na Política”, debates de identidade e gênero, bem como atividades de expressão criativa e autocuidado, sofreram descontinuidade ou perda de intensidade. A mudança territorial, longe de ser neutra, teve impacto direto nas relações estabelecidas, nos sentidos atribuídos à participação e até mesmo na permanência de alguns(as) jovens nos grupos.

As imagens incluídas neste trabalho ilustram esse processo: as condições, as atividades desenvolvidas, intervenções, os momentos de mobilização da juventude durante o Orçamento Participativo e a transição para o novo espaço. Tais registros compõem não apenas a memória documental da experiência, mas também evidenciam a resistência e a capacidade de organização política das juventudes que constroem o CEJU como território de luta e pertencimento. A organização política das juventudes no CEJU revela-se fundamental para a construção deste espaço enquanto território de luta e pertencimento, pois a partir da articulação coletiva, os jovens criam um ambiente de resistência e afirmação de suas identidades e direitos. Nesse território, as juventudes não apenas reivindicam melhorias e reconhecimento social, mas também estabelecem vínculos comunitários que fortalecem seu protagonismo político e social. Assim, o CEJU funciona como um espaço de formação política e cultural onde a construção da autonomia juvenil e a resistência frente às desigualdades estruturais ganham corpo, consolidando-se como um lugar de pertencimento e de produção de mudanças sociais significativas.

Passou a entrar com mais força a questão do direito à cidade, tendo o Teatro Barracão⁷ como referência, uma vez que as aulas de teatro eram ministradas lá, assim como festas, exposições e comemorações. Ainda segundo os autores, a inserção das oficinas de gênero nas práticas do CEJU ocorreu com base

⁷ O Teatro Barracão, está localizado nos fundos da Praça da Bíblia na Avenida República Argentina (região do bairro Jardim São Paulo), é uma das indicações para ser reconhecido como patrimônio cultural de Foz do Iguaçu. A estrutura foi construída no início da década de 1990, por iniciativa do Banestado, o extinto Banco do Estado do Paraná. O Teatro Barracão foi um projeto padrão replicado em cidades como Maringá e Cascavel. Disponível em: <https://guatafoz.com.br/em-foz-teatro-barracao-completa-30-anos/> Acesso em: 27 jul. 2025

em referenciais críticos e populares, buscando romper com modelos normativos de identidade e ampliar os repertórios culturais e políticos dos participantes. Como reforça o Instituto Sou da Paz (2011), ao romper com padrões engessados de identidade e papel social, os jovens tornam-se sujeitos de transformação cultural, capazes de questionar, resistir e propor novas formas de existência.

3.5 DESAFIOS E POTÊNCIAS NOS IMAGINÁRIOS JUVENIS

Como defendem Sposito e Carrano (2003), políticas públicas efetivas para a juventude devem reconhecer o não-cumprimento de direitos historicamente negados e considerar os jovens como sujeitos autônomos e interlocutores ativos na formulação das ações que lhes dizem respeito. A vivência da juventude nos Centros da Juventude está atravessada por processos simbólicos que vão além das ações formais de formação cidadã. Como revela a pesquisa de Mendes (2018), o imaginário juvenil em relação à diferença é profundamente marcado por experiências de estigmatização e exclusão, mas também carrega potenciais de ressignificação, resistência e construção de novas formas de sociabilidade.

A diferença, muitas vezes percebida como desvio de uma norma imposta, torna-se um elemento que aciona o estigma conceito clássico trabalhado por Goffman (1988) e que, segundo os relatos de jovens do Centro da Juventude de Cascavel, está ligado a atributos como vestimenta, corpo, sexualidade, deficiência e pertencimento a determinados grupos sociais. Esses marcadores, quando não correspondem ao que se entende como identidade majoritária hegemônica, isto é, um modelo ideal construído a partir de determinados parâmetros culturais, econômicos e simbólicos e que não é numericamente majoritário, mas se impõe como referência única e indisponível à maioria tornam-se alvos de exclusão simbólica ou direta (Mendes, 2018).

O próprio espaço do Centro da Juventude, entretanto, possibilita que tais experiências sejam ressignificadas. Através do contato com a diversidade, da mediação educativa e da linguagem como instrumento central na sociabilidade juvenil, surgem oportunidades de romper com modelos estigmatizantes e acolher as diferenças de forma crítica e humanizada. Nesse sentido, a função pedagógica no Serviço Social assume relevância: ela não se limita a transmitir conteúdos ou orientar

condutas, mas busca fomentar consciência crítica, participação cidadã e a capacidade de questionar estruturas que reproduzem desigualdades. Essa dimensão educativa está intrinsecamente vinculada ao projeto ético-político da profissão, pois articula o conhecimento técnico à construção coletiva de estratégias de emancipação social.

A linguagem, nesse processo, aparece como elemento-chave. Ela pode tanto consolidar estigmas quanto abrir brechas para o reconhecimento e a transformação. Mendes (2018) reforça que é por meio da linguagem que os jovens expressam seus imaginários e constroem sentidos para suas vivências, sendo essa uma ferramenta crucial para desconstruir preconceitos e ampliar a empatia. Quando os Centros da Juventude reconhecem o valor do simbólico, da escuta e da pluralidade de identidades, tornam-se ambientes férteis para a criação de uma sociabilidade mais justa e menos excludente. Afinal, como bem destaca o autor, tanto a diferença quanto o estigma são processos dinâmicos, e a educação que leva isso em conta tem maior potencial para promover inclusão, pertencimento e protagonismo.

Reforçando essa perspectiva, o CEJU promoveu ações voltadas para a valorização da participação política como forma de exercício da cidadania, entre elas o evento “Titulação”, ocorreu em Foz do Iguaçu, em setembro de 2019, promovido pela Secretaria Municipal de Juventude em parceria com o Governo do Estado do Paraná. O evento reuniu jovens de diferentes bairros para a entrega simbólica de certificados de participação em cursos de capacitação profissional, buscando valorizar trajetórias de aprendizado e inserção no mercado de trabalho local. A atividade, que contou com a participação de Valentina Virgínio (atualmente vereadora), das “Meninas na Política” e de participantes das oficinas do Centro da Juventude, buscou não apenas incentivar o alistamento eleitoral, mas também fortalecer a compreensão de que a juventude é parte fundamental dos processos democráticos. Ao unir formação crítica e mobilização prática, tais ações materializam a função pedagógica do Serviço Social, ampliando as possibilidades de intervenção emancipatória junto às juventudes.



“Titulação”

Fonte: Imagens de arquivos pessoais.



“Titulação”

Fonte: Imagens de arquivos pessoais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência como estagiária no Centro da Juventude Jardim Naipi permitiu compreender, na prática, o que muitos estudos e políticas públicas defendem na teoria: que espaços como esse podem ser verdadeiros instrumentos de transformação social, desde que estejam comprometidos com as realidades concretas das juventudes que os frequentam. Mais do que um equipamento público, o CEJU se mostra, quando bem estruturado e sensível às questões de gênero, raça, classe e território, como um espaço de escuta, acolhimento e fortalecimento de vínculos inclusive afetivos e políticos.

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que a juventude não é uma categoria homogênea, e que só é possível construir cidadania se partirmos do reconhecimento da pluralidade de experiências juvenis. Em meio às desigualdades, às estigmatizações e à ausência de oportunidades, o Centro da Juventude pode se tornar um território de resistência e reexistência, onde jovens aprendem a reconhecer seu valor, sua história e sua potência. A cultura, a arte, o esporte e o lazer não devem ser vistos como atividades periféricas, mas como direitos fundamentais. São eles que alimentam o senso crítico, que ajudam a construir pertencimento e que aproximam os jovens da política em seu sentido mais amplo: como prática cotidiana, como ferramenta de reivindicação e como espaço de transformação.

Mais do que replicar modelos, é preciso que as políticas públicas voltadas para a juventude escutem, dialoguem e se reinventem junto com os próprios jovens. Afinal, são eles os sujeitos dessas ações e não apenas os destinatários. Quando lhes é dada voz, vez e autonomia, a juventude se revela como protagonista de seu tempo, de seu território e de sua própria história.

No caso do CEJU Jardim Naipi, o projeto técnico que orienta sua atuação é de abrangência estadual, mas a análise aqui se concentrou na experiência específica de Foz do Iguaçu. A reforma citada ao longo do texto foi da estrutura física do prédio, necessária devido às condições precárias que ameaçavam a segurança dos usuários e trabalhadores. A decisão pela interdição e transferência temporária das atividades para o Centro de Convivência do Idoso não contou com participação direta dos jovens, ainda que estes tenham se mobilizado no Orçamento Participativo de 2021 para garantir a verba da reforma. Essa ausência no processo decisório pode

ter contribuído para um certo afastamento e descompromisso de parte da juventude após a mudança de espaço, pois a participação real nas decisões é elemento-chave para fortalecer o engajamento.

Essa realidade suscita reflexões importantes: como esperar que jovens já inseridos na lógica do precariado juvenil marcados pela instabilidade, pela falta de oportunidades e pela urgência de sobreviver se comprometam plenamente com a transformação social se não são envolvidos nas escolhas que impactam suas vidas? Esse é um desafio ético e político do Serviço Social, pois a precarização do trabalho no capitalismo atinge tanto a juventude quanto os profissionais do SUAS, que também enfrentam cortes orçamentários, equipes reduzidas e ausência de políticas estruturadas e contínuas.

Outro desafio central está na mediação entre os desejos e demandas dos jovens e os limites institucionais impostos pelas políticas locais. A escuta sensível, a construção de vínculos e a capacidade de mobilização coletiva tornam-se ferramentas essenciais para não reduzir o trabalho ao assistencialismo, mas sim promover ações emancipatórias e educativas que valorizem o protagonismo juvenil.

O Serviço Social, nesse cenário, é chamado a reafirmar seu compromisso com a transformação social, atuando como instrumento de resistência e denúncia das múltiplas formas de exclusão vivenciadas pelas juventudes periféricas. Cabe ao profissional problematizar as estruturas que reproduzem desigualdades e lutar, junto com os sujeitos, por políticas públicas efetivas, participativas e inclusivas. Assim, torna-se urgente fortalecer espaços socioculturais como o CEJU, que funcionam como territórios de esperança, pertencimento e construção de novos futuros possíveis.

REFERENCIAS

ABRAMO, Helena (Org.). **Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. 128 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

ABRAMO, Helena Wendel. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, Maria Virginia de (Org). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa. 2005, p. 19-35.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. p.37-72.

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz. **Juventudes e a participação social**. Brasília: UNESCO, 2019

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Atlas das Juventudes do Brasil: jovens, população e percepções. 2023**. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/jovens-populacao-e-percepcoes/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/ddea6ca3-6cb9-4c8a-bb0f-db8a90352a70/content>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude** / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Termo de Referência: contratação de organização não governamental para prestação de serviço técnico e especializado de consultoria destinada a implantar, manter e institucionalizar centros da juventude no Rio Grande do Sul**. 2016. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia operacional do Programa Estação Juventude**. Brasília: SNJ, 2017. 120 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS): Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009

CARDIN, C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social em Foz do Iguaçu: uma análise a partir dos dados de homicídios juvenis.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2014.

CASSAB, Clarisse. **Condição juvenil em tempo de incerteza: experiência em grande empreendimento habitacional.** 2018.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Juventude e políticas públicas nos anos 1990: a produção de territórios em Juiz de Fora - MG.** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/bb0a6bec959116f359b8MARIA%20APARECIDA%20TARDIN%20CASSAB.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

COLAÇO, Joyce Aparecida da Luz; SANDER, Cristiane; ARAIDES, Daniel Felipe. Relato de experiência: juventudes e direitos. In: **Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social.** Vitória – ES, 13 a 15 de junho de 2023.

COLACO, Joyce Aparecida da Luz. **Juventudes e direitos: o serviço social e o compromisso pela consolidação da democracia a partir da extensão universitária.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) — Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/8556>. Acesso em: 27 jul. 2025.

COSTA, Natália Doria. **Os processos de formação em Serviço Social: experiências e aprendizagens para o exercício da profissão.** Porto Alegre: UFRGS, 2019.

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço socioeducativo.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

EDUCAÇÃO de jovens e adultos: **políticas públicas, formação de professores, gestão e diversidade multicultural** / Antonio Amorim, Tânia Regina Dantas, Maria Sacramento Aquino (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2017.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **A escola: um estudo sobre as relações entre educação, trabalho e cultura.** São Paulo: Cortez, 1986.

FARAH, Ivone. **Gênero nas políticas públicas.** São Paulo: Paulus, 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas públicas.** *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 47–71, jan./abr. 2004.

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. **Desafios da juventude no Brasil: transição para a vida adulta e incertezas**. 2024. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FOZ DO IGUAÇU. **Orçamento Participativo 2021 é encerrado com grande participação de jovens na região Oeste**. Jornal A Voz do Paraná, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://www.jornalavozdoparana.com.br/post/53496/>. Acesso em: 29 de julho 2025.

FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Juventude. **Relatório de Atividades 2019**. Foz do Iguaçu, 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas S.A: São Paulo, 2014.

GOMES, Anne Grace. **Juventude e ativismo: a importância do diálogo sobre gênero no Centro da Juventude**. Maringá: Centro da Juventude Antônio Paulo Pucca, 2019.

GROPPO, Luís Antonio. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. Educação** Cogeime, Belo Horizonte, ano 13, n. 25, 2004.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventudes e Políticas Públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude**. Revista Desidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008

INSTITUTO BH FUTURO. **O mundo digital e a juventude**. Disponível em: <https://institutobhfuturo.com.br/efeito-da-tecnologia-nos-jovens/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Gênero fora da caixa: guia prático para educadores e educadoras**. Projeto Juventude, Gênero e Espaço Público, 2011. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/genero_fora_da_caixa_web.pdf. Acesso em: 08 jun. 2025.

JORNAL UFG. **Juventude atual se caracteriza por um fechamento de horizonte**. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/115385-juventude-atual-se-caracteriza-por-um-fechamento-de-horizonte>. Acesso em: 24 fev. 2025.

JOVENS URBANOS - PUC-SP. **Políticas públicas voltadas para a juventude**. Disponível em: https://www.pucsp.br/projetojovensurbanos/dados/politicas_publicas_voltadas_para_juventude.html. Acesso em: 24 fev. 2025.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

KERGOAT, Danièle. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**. In: LOPES, Marta J. M. et al. (org.). **Gênero e saúde**. São Paulo: Artes Médicas, 1996.

LOPES, J.; SILVA, H. S. **A aprendizagem cooperativa na sala de aula: um guia prático para o professor**. 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MENDES, Marlon José Gavlik. **Dentro da caverna de Amaterasu: os imaginários sobre a diferença e o fenômeno do estigma de jovens do Centro da Juventude Professor Jomar Vieira da Rocha no município de Cascavel/PR**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **SISU – Sistema de Seleção Unificada**. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/sisu>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-aco-es/programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem-nas-modalidades-projovem-urbano-e-projovem-campo-saberes-da-terra>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MORAES, Samara Ayres et al. **Entre autonomia e tutela: os desafios no cotidiano do trabalho com jovens em um Centro da Juventude**. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília, 2019.

PARANÁ. **Projeto Técnico dos Centros da Juventude**. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, 2012. Disponível em: https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/mi-grados/File/ProjetoCentrodaJuventudeRev6_11_2012.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

PARANÁ. **Centros da Juventude**. Secretaria do Desenvolvimento Social. 2023. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Pagina/Centros-da-Juventude>. Acesso em: 27 jul. 2025.

PARANÁ. **Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. Assistência Social**. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Assistencia-Social>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PORTAL DA CIDADE FOZ DO IGUAÇU. **Centro da Juventude Jardim Naipi: endereço, atendimento, atividades e telefone**. Portal da Cidade Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

REVISTA PACTO. **Relatório de deliberações da 1ª Conferência Nacional de Juventude**. Brasília, ago. 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Juventude/relatorio_deliberacoes_1_conferencial_juventude.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

RELATOS de experiência dos Agentes de Cidadania do CEJU - Centro da Juventude Jardim Naipi. Produção de Joyce Aparecida da Luz Colaço; Daniel Felipe Araides. Realização de Projeto de Extensão A Voz da Juventude. Coordenação de Cristiane Sander. Roteiro: Joyce Aparecida da Luz Colaço; Daniel Felipe Araides. Foz do Iguaçu: **A Voz da Juventude, 2023**. (31 min.), mp3, son., color. Legendado. Série 10. Disponível em: <https://youtu.be/c9s-lepKexQ?si=gLHaFAj-4rRCzaPR>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SANDER, C.; CAMARGO, F. G. **Juventudes e direitos: uma perspectiva pedagógica e dialógica para a formação cidadã**. In: XVII ENPESS, 2021.

SANDER, Cristiane; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. **Transversalidade, intersetorialidade e trabalho na política de juventude: novas demandas para o Serviço Social**. *Revista Emancipação*. Ponta Grossa, v.19 (1), e.10502, p.1 -12, 2019.

SANDER, Cristiane; LIRA, Talita de Melo. In: UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana (PROEX). **Projeto de Extensão, 2022. Juventudes e Direitos, Foz do Iguaçu, Paraná: ILAESP - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, ano 2022, v. 2, p. 1-16, 2022.**

SANDER, Cristiane; LIRA, Talita de Melo. In: UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana (PROEX). **Projeto de Extensão, 2022. “A voz da Juventude” – Juventudes e direitos na Tríplice Fronteira, Foz do Iguaçu, Paraná: ILAESP - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, ano 2022, p. 1-17, 2022.**

SANDER, Cristiane. In: UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana (PROEX). **Projeto de Extensão, 2024. Juventudes e Direitos – A Voz da Juventude, Foz do Iguaçu, Paraná: ILAESP - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, ano 2024, p. 1-20, 2024**

SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. **Juventudes**. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline (org.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – PR. Centros da Juventude. Disponível em:

<https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Pagina/Centros-da-Juventude>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas Públicas de Gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade**. Revista Presença da Mulher, São Paulo, ano XVI, n. 45, out. 2003.

SOFIATI, F. M. **Juventude e políticas públicas: os governos de FHC e Lula**. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-112.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 16–39, 2003.
<https://doi.org/10.1590/s1413-24782003000300003>.